

PLANO DE 20 GESTÃO ANUAL 26

FICHA INSTITUCIONAL

PRESIDENTE

Gustavo Augusto Freitas de Lima

SUPERINTENDENTE-GERAL

Alexandre Barreto de Souza

PROCURADOR-CHEFE

André Luís Macagnan Freire

ECONOMISTA-CHEFE

Lílian Santos Marques Severino

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Bruna Cardoso dos Santos

CONSELHEIROS

Camila Cabral Pires Alves
Carlos Jacques Vieira Gomes
Diogo Thomson de Andrade
Gustavo Augusto Freitas de Lima
José Levi Mello do Amaral Júnior

FICHA TÉCNICA

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES DO CADE - CORISC

Alexandre Barreto de Souza
Alexandre Cordeiro Macedo
André Luís Macagnan Freire
Bruna Cardoso dos Santos
Lílian Santos Marques Severino

COORDENAÇÃO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DAP

Bruna Cardoso dos Santos

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS - DIPLAN

Priscila Yuvamoto (Chefe)
Adriana da Silva Pereira
Alexandre Kalil Pires
André Botelho Vilaron
Ana Vitória Correia da Silva
Antonela Diana Luz Teixeira Motta
Patrícia Silva Rodrigues (Secretária Executiva da DAP)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASCOM

Debora Alvares Schuab Taboas (Chefe da Assessoria)
Robert Felipe Pinheiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cristiane Dias de Alencar Ribeiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Bruno Azevedo dos Santos
Wandson Lucas Nascimento Siqueira

FOTOGRAFIAS

Assessoria de Comunicação Social (Ascom/Cade)
Pexels

Apresentação

O Plano de Gestão Anual (PGA) 2026 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), elaborado em conformidade com o disposto na [Lei nº 13.848](#), de 25 de junho de 2019, consolida o planejamento anual da autarquia e explicita as prioridades institucionais, os resultados esperados e as principais entregas previstas para o exercício de 2026. O PGA se alinha ao Plano Estratégico (PE) do Cade 2025-2028 e às diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

Nesse sentido, o PGA 2026 do Cade reflete uma visão integrada de gestão, orientada a resultados e focada na geração de valor público, considerando os desafios contemporâneos da política de defesa da concorrência, em especial aqueles associados à transformação digital, à crescente complexidade dos mercados, incluindo os digitais, à internacionalização das atividades econômicas e à necessidade permanente de fortalecimento institucional.

Esse documento apresenta o planejamento institucional da autarquia, seus projetos, a estimativa de necessidades de recursos orçamentários e o cronograma de desembolso financeiro. A formulação do PGA reforça o compromisso do Cade com as melhores práticas de governança e contribui para o alinhamento interno, para o alcance da visão e da missão estratégica, além do aprimoramento contínuo do desempenho institucional.



Sumário

Apresentação

03

Conselho Administrativo
de Defesa Econômica Cade

05

Plano de Gestão Anual do Cade -
PGA 2026

13

Prioridades do Cade para 2026

21

Plano Estratégico do Cade

10

Alocação de Recursos

19

Cooperação Institucional

24

Modo de
navegação



UTILIZE AS SETAS PARA NAVEGAR
ENTRE AS PÁGINAS



CONTEÚDO INTERATIVO: CLIQUE PARA
ACESSAR INFORMAÇÕES EXTRAS

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade



Contexto Institucional

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com jurisdição em todo o território nacional, responsável por zelar pela livre concorrência como princípio estruturante da ordem econômica, garantindo aos consumidores diversidade de produtos e serviços, preços competitivos e padrões adequados de qualidade.

A competência do Cade para atuar na defesa da concorrência tem origem no princípio da livre concorrência, disposto no [art. 170, inciso IV, da Constituição Federal de 1988](#), e se baseia no pressuposto de que a concorrência não pode ser restringida por agentes econômicos que exerçam abusivamente poder de mercado. As atribuições do Cade são regidas pela [Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011](#). Foi essa lei que instituiu o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e ordenou a sua atuação na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Para a geração de resultados positivos para a sociedade, o Cade possui três funções:

- **preventiva ou de controle de estruturas** - trata da análise e decisão sobre atos de concentração econômica entre empresas, incluindo, entre outros, aquisições, incorporações, fusões e contratos associativos;

- **repressiva** - exercida por meio da investigação e julgamento de cartéis, abuso de posição dominante e outras infrações à ordem econômica. Está voltada ao combate a condutas anticompetitivas cometidas por pessoas físicas ou jurídicas;

- **educativa ou advocacia da concorrência (advocacy)** - Busca divulgar a cultura da concorrência, instruindo o público sobre as diversas condutas que possam prejudicar a livre concorrência. Atua junto a entidades públicas para que a concorrência seja estimulada e não prejudicada; incentiva e estimula estudos e pesquisas acadêmicas; realiza ou apoia cursos, palestras, seminários e eventos; e lança publicações, como a Revista de Defesa da Concorrência e cartilhas.

A defesa da livre concorrência gera valor público, uma vez que a pressão competitiva nos mercados de bens e serviços tende a forçar os preços para níveis mais baixos, além de estimular a eficiência e a inovação. À medida que tais ganhos são conquistados e difundidos entre os produtores, ocorrem novas readequações nos preços, gerando um círculo virtuoso que beneficia toda a sociedade.

Estrutura Organizacional

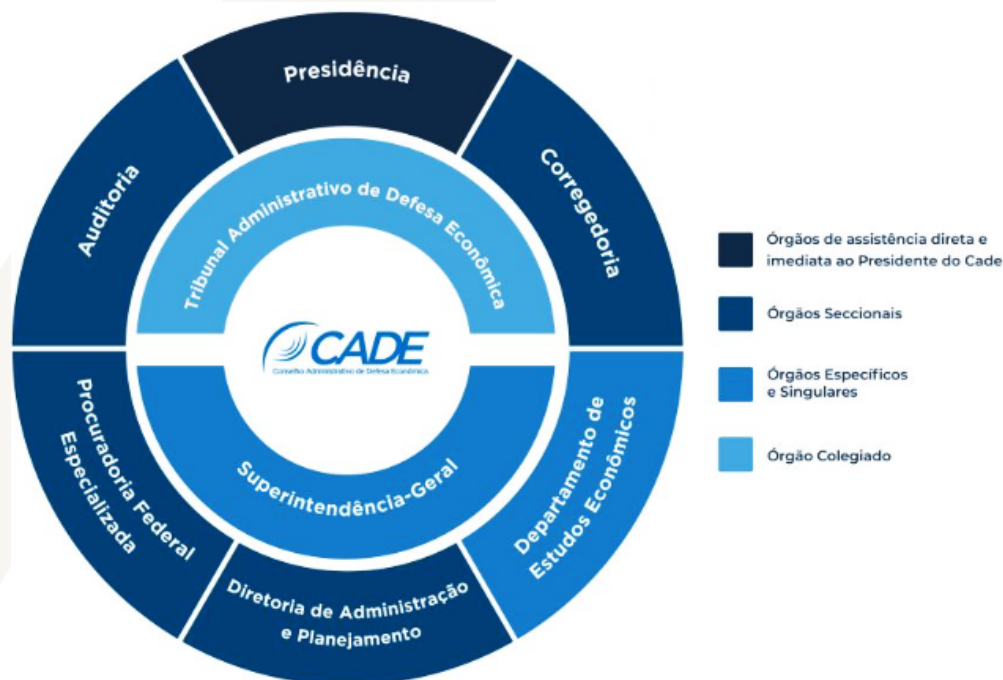
O Cade, ainda que seja uma autarquia em regime especial, não é uma agência reguladora, mas uma autoridade de defesa da concorrência que tem como responsabilidade buscar preservar estruturas de mercados eficientes e competitivas. Por se tratar de um Conselho, caracterizado como um órgão de deliberação colegiada, apresenta elementos singulares em sua estrutura. Para uma maior eficiência em sua atuação, o Cade possui uma estrutura diferenciada composta por um conjunto de unidades organizacionais, conforme disposto no [Decreto nº 11.222, de 5 de outubro de 2022](#):

- **Presidência da autarquia** - composta por órgãos que prestam assistência direta e imediata ao presidente do Cade (Gabinete, Assessoria Internacional e Assessoria de Comunicação Social);
- **Tribunal Administrativo de Defesa Econômica** - responsável pelo julgamento, em última instância administrativa, de ações que possam afetar a concorrência, como atos de concentração ou ilícitos concorrenciais;
- **Superintendência-Geral** - que tem competência para instauração, instrução e parecer em processos de condutas anticompetitivas, instrução e parecer em atos de concentração, bem como de proposição de acordos e medidas preventivas;

- **Departamento de Estudos Econômicos**, que realiza estudos e pareceres sobre economia da concorrência, além de assessorar o Tribunal Administrativo na instrução e análise de processos que tratam de atos de concentração e condutas anticompetitivas;

- **Órgãos Seccionais** - Procuradoria Federal Especializada, Corregedoria, Auditoria e a Diretoria de Administração e Planejamento, em apoio ao desenvolvimento das competências institucionais.

Também atua junto ao Cade um membro designado pelo Ministério Público Federal (MPF) para, nesta qualidade, emitir parecer nos processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica, de ofício ou a requerimento do conselheiro-relator.



Governança e Gestão

A governança pode ser entendida como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, adotados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com foco na transparência, integridade e eficiência, conforme disposto no [Decreto nº 9.203](#), de 22 de novembro de 2017.

O modelo de governança e gestão do Cade adota uma visão integrada entre gestão estratégica e operacional e compreende as instâncias que atuam para a incorporação dos princípios e das diretrizes de governança da administração pública.

A estrutura de governança, definida na [Portaria Cade nº 423](#), de 30 de setembro de 2024, abrange as principais instâncias responsáveis por promover a adoção de princípios e diretrizes de governança na gestão de riscos, nos controles internos, na integridade, na transparência e no planejamento estratégico, assim como nos programas, projetos e processos da autarquia.

Compõem a estrutura de governança do Cade:

I - a alta administração;

II - o Comitê de Governança, Riscos e Controles (Corisc) - uma instância estratégica, integrada pela alta administração da autarquia;

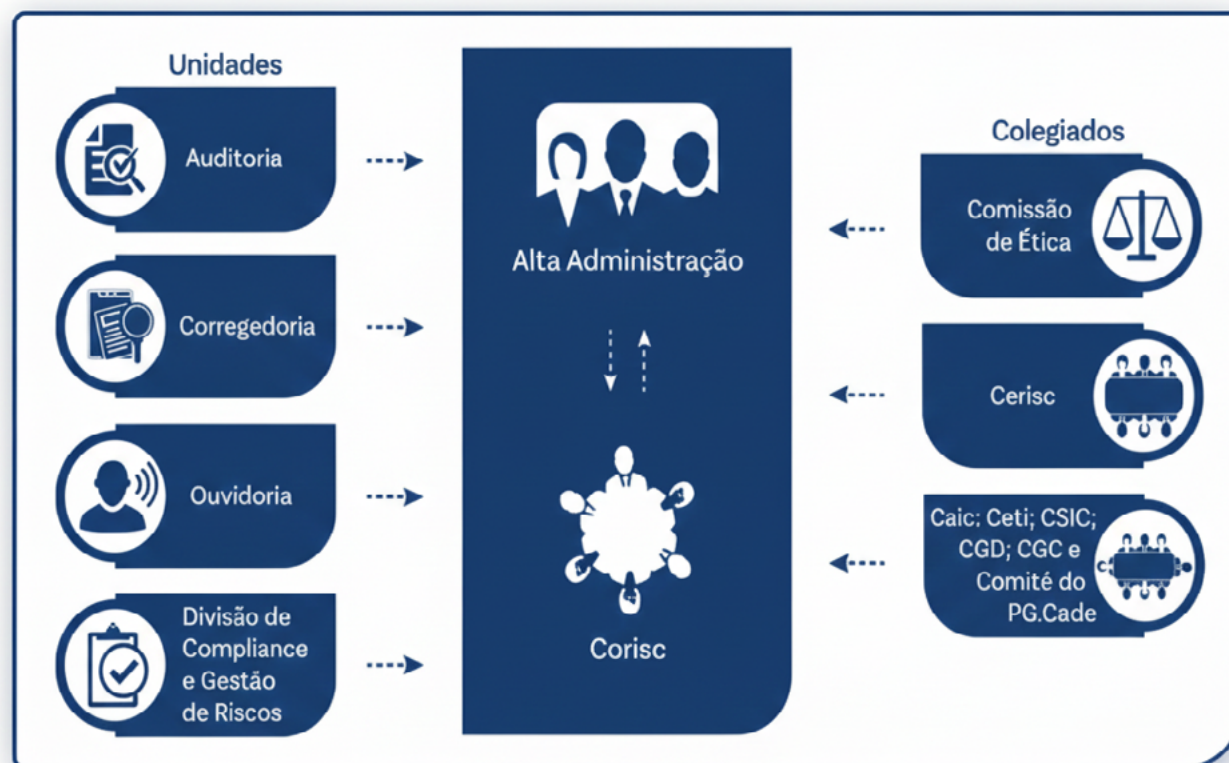
III - as instâncias de apoio à governança do Cade - o Comitê Executivo de Gestão de Riscos (Cerisc); a Comissão de Ética (CECade); a Auditoria; a Corregedoria; a Ouvidoria; a Unidade de Compliance e Gestão de Riscos; o Comitê de Articulação das Instâncias de Controle Interno (Caic); o Comitê Estratégico de TI (Ceti); o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC); o Comitê de Governança Digital (CGD); o Comitê Gestor de Capacitação (CGC); e o Comitê Gestor do PG.Cade.

Cadeia de Valor

A cadeia de valor do Cade é a representação gráfica que fornece uma visão sistêmica e integrada dos processos organizacionais (finalísticos, gerenciais e de suporte) com foco em otimizar recursos e entregar maior valor público à sociedade.

Desde 2021, a Cadeia de Valor do Cade é definida pelo macroprocesso “Gestão da Defesa da Concorrência” e por seis processos finalísticos derivados das funções institucionais. O macroprocesso finalístico tem sua definição vinculada diretamente à missão institucional do Cade e conecta as rotinas de trabalho às metas do planejamento estratégico.

Esses processos interligados contribuem para a geração de valor público à sociedade, conforme a figura apresentada a seguir.





Plano Estratégico do Cade



Alinhamento Estratégico

De acordo com a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o Plano de Gestão Anual se constitui como instrumento anual do planejamento consolidado, contemplando ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão.

O Plano de Gestão Anual 2026 está alinhado aos direcionadores estratégicos nacionais, como o Plano Plurianual da União (PPA 2024-2027), que estabelece as prioridades, diretrizes, metas e programas para um período de quatro anos; à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA 2026), que é um documento anual que define as metas, prioridades e despesas para o ano seguinte, servindo como ponte entre o PPA e o orçamento; e ao próprio Planejamento Estratégico do Cade, um instrumento que define a direção da organização, estabelecendo a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos.

A coordenação entre esses instrumentos contribui para reduzir assimetrias de informação, otimizar recursos e elevar a eficiência e a eficácia da ação governamental.

Metodologia Aplicada

A elaboração do [Plano Estratégico do Cade para o ciclo 2025-2028 \(PE\)](#) foi realizada com base em uma abordagem estruturada e participativa, iniciada por um diagnóstico institucional. A coleta e a análise das informações envolveram múltiplos métodos e fontes, como entrevistas de atores-chave internos e externos, pesquisa junto a colaboradores, análise documental (abrangendo estudos de tendências, documentos estratégicos, normativos e planos governamentais), além de benchmarking nacional e internacional com instituições congêneres.

A metodologia adotada para a construção do PE 2025-2028 combinou elementos de dois métodos de gestão estratégica: o *Balanced Scorecard* (BSC) e os Objetivos e Resultados-Chave (OKR). Essa integração metodológica permitiu a definição de dez objetivos estratégicos claros, mensuráveis e voltados a resultados concretos, assegurando a conexão entre as aspirações institucionais e a entrega efetiva de valor público.

Nesse contexto, a abordagem metodológica priorizou o desdobramento dos objetivos estratégicos em resultados-chave (KRs) e entregas, evidenciando os esforços necessários para o alcance da estratégia institucional. O processo foi orientado pelos princípios de foco (priorização do que é essencial), legitimidade (reconhecimento e validação dos atores envolvidos), coerência metodológica (adoção de métodos alinhados à realidade institucional) e clareza e simplicidade (estruturação do plano com poucos e assertivos elementos estratégicos), assegurando robustez, aplicabilidade e aderência do planejamento aos desafios e oportunidades que se apresentam ao Cade.

Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico contém a identidade institucional (Missão, Visão e Valores) e os objetivos estratégicos a serem alcançados para a geração de valor público. No Cade, cabe ao Corisc aprovar o Planejamento Estratégico, o que ocorreu em 16 de abril de 2025, conforme consta na [Ata de Reunião n.º 23/2025](#).

O Propósito do Cade, definido na sentença **Concorrência para transformar o Brasil**, expressa o objetivo de transformar o Brasil por meio da defesa da concorrência. Essa declaração sintetiza sua essência de maneira audaciosa e aspiracional, mobilizando e

engajando seus servidores a agir com o objetivo de promover uma concorrência que transforme positivamente a sociedade brasileira.

Por meio do [Mapa Estratégico](#), o Cade comunica sua estratégia de forma condensada e visual, delineando a missão, os valores organizacionais, a visão de futuro e os objetivos estratégicos.



Plano de Gestão Anual do Cade – PGA 2026

PGA 2026 em números

O Plano de Gestão Anual é um instrumento de planejamento anual que contempla ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão, bem como a estimativa de recursos orçamentários para o período.

O PGA 2026, alinhado ao PE 2025-2028, busca direcionar os esforços das unidades organizacionais para a consecução dos objetivos estratégicos.

Nesse sentido, com o propósito de evidenciar os resultados pretendidos, foram definidos 10 Objetivos Estratégicos, 24 Resultados-Chave e 26 Projetos Estratégicos que direcionarão a atuação do Cade nos próximos anos.



Objetivos Estratégicos (OE) e Resultados-Chave (KRs)

OE 1 – Incorporar a cultura da concorrência nas decisões de agentes públicos, privados e da sociedade

- Promover a cultura da concorrência junto a agentes públicos
- Sensibilizar a sociedade em geral sobre a importância e o impacto da defesa da concorrência, promovendo o entendimento claro de seus objetivos
- Elaborar estudos de mercado e disseminar conhecimento

KR 1.1 Até 2026, consolidar o índice de efetividade de atuação do Cade em ações de advocacia da concorrência

KR 1.2 Executar pelo menos 90% das ações previstas no Programa de Cultura da Concorrência

OE 2 – Promover o controle efetivo de estruturas de mercado por meio de decisões técnicas e tempestivas

- Consolidar e sistematizar a análise otimizada e tempestiva de atos de concentração e suas decisões
- Aprimorar métodos de aferição da qualidade das decisões
- Consolidar a prática de produção de conhecimento em forma de guias e manuais técnicos

KR 2.1 Reduzir o prazo médio de análise de Atos de Concentração Sumários para menos de 20 dias

KR 2.2 Reduzir o prazo médio de análise de Atos de Concentração Ordinários para menos de 120 dias

OE 3 – Garantir a eficiência na investigação e julgamento de condutas anticompetitivas

- Ampliar a capacidade de resposta e entrega do Cade, reduzindo o tempo de tramitação de processos de condutas anticompetitivas
- Fortalecer e diversificar a detecção de condutas anticompetitivas
- Atender ao aumento do grau de exigência e robustez de evidências
- Aprimorar a gestão administrativa de créditos não tributários da autarquia

KR 3.1 Atingir um Índice de Redução de Estoque de PAs igual ou superior a 30%

KR 3.2 Reduzir a duração média de tramitação dos Processos Administrativos para até 1095 dias

KR 3.3 Elevar o percentual de recuperação de créditos decorrentes de decisões de 18% para 40%.

**OE 4** – Fortalecer a governança institucional com a atuação integrada e sinérgica

- Aprimorar métodos e soluções de apoio à governança institucional
- Consolidar uma governança digital efetiva e assegurar a proteção de dados pessoais e sensíveis
- Intensificar a gestão compartilhada de riscos em todo o Cade
- Promover a sinergia entre as grandes áreas do Cade e gerar um senso claro de unidade organizacional
- Fortalecer o alinhamento procedimental e normativo

KR 4.1 Avaliar anualmente pelo menos 10 processos, programas, políticas e projetos seguindo a metodologia de gestão de riscos

KR 4.2 Realizar ao menos 10 encontros de alinhamento entre a Superintendência-Geral (SG), o Tribunal e o Departamento de Estudos Econômicos (DEE)

KR 4.3 Executar 100% da Agenda Normativa prevista

OE 5 – Ampliar o diálogo e a cooperação interinstitucional com o protagonismo do Cade no cenário nacional e internacional

- Ampliar as estratégias de posicionamento da autarquia frente outros órgãos públicos

e da sociedade civil

• Manter o protagonismo do Cade no contexto internacional, seja na geração e troca de conhecimento e boas práticas, quanto na atuação e representação em debates de pautas emergentes

• Fortalecer e ampliar a relação técnica e institucional de cooperação com parceiros, reduzindo barreiras institucionais e expandindo a capilaridade nacional da autarquia

• Consolidar e institucionalizar a relação com parceiros

KR 5.1 Realizar pelo menos 90% de interações estratégicas com os parceiros institucionais mapeados

KR 5.2 Realizar pelo menos 150 ações de cooperação internacional bilaterais ou multilaterais por ano

KR 5.3 Realizar anualmente a tradução de pelo menos 300 materiais

OE 6 – Atuar de forma responsiva e adaptativa buscando soluções inovadoras para desafios emergentes

• Promover o aperfeiçoamento institucional voltado para o acompanhamento das transformações em mercados digitais

• Aprimorar a capacidade investigativa com o uso de inteligência de dados

• Criar soluções para o combate à sofisticação crescente de práticas anticompetitivas

KR 6.1 Alcançar pelo menos 90% de execução das etapas previstas no Projeto de Atuação em Mercados Digitais

OE 7 – Aproximar o Cade da sociedade por meio da comunicação efetiva e acessível

• Aprimorar a comunicação com a sociedade por meio da linguagem clara, simples e acessível, capaz de evidenciar o impacto socioeconômico da atuação do Cade

• Ampliar a transparência ativa do Cade

• Fortalecer a imagem institucional do Cade frente à sociedade e parceiros institucionais

KR 7.1 Alcançar um índice de efetividade da comunicação de pelo menos 70%

KR 7.2 Manter o percentual de imagem positiva ou neutra na mídia tradicional acima de 80%

OE 8 – Potencializar a atuação do Cade por meio da transformação

• Manter atualizada a infraestrutura tecnológica e integrar sistemas

• Promover a capacitação tecnológica das equipes do Cade para o uso adequado das ferramentas disponíveis



- Ampliar o acesso facilitado e tempestivo a bases de dados

- Viabilizar a inovação e a aplicação de inteligência artificial nas rotinas do Cade com foco em resultados

- Adotar boas práticas e tecnologias emergentes

KR 8.1 Elevar o percentual de bases de dados qualificadas de 0% para 80%

KR 8.2 Alcançar a nota 4,7 na avaliação de serviços digitais do Cade

OE 9 – Valorizar as pessoas com foco no desenvolvimento de competências para o futuro

- Promover uma força de trabalho mais diversa e inclusiva

- Manter o clima organizacional elevado e promover o bem-estar no trabalho

- Proporcionar o desenvolvimento de servidores e líderes com base nas competências para um setor público de alto desempenho

- Aumentar a atratividade e o recrutamento qualificado

- Aprimorar a alocação da força de trabalho

- Fomentar a multidisciplinaridade das equipes de trabalho

KR 9.1 Alcançar um Índice de Diversidade da Força de Trabalho (IDFT) de 90%

KR 9.2 Atingir 95% de atendimento das necessidades críticas de desenvolvimento

KR 9.3 Manter o Índice de Clima Organizacional (ICO) acima de 85%

KR 9.4 Atingir um índice de aderência ao dimensionamento da força de trabalho (IADFT) de pelo menos 95%

OE 10 – Potencializar a atuação do Cade por meio da transformação

- Gerir recursos orçamentários com eficiência e promover o alinhamento com a estratégia

- Diversificar as fontes de recursos de orçamentários

KR 10.1 Atingir um percentual de redução de despesas prediais de 15%

KR 10.2 Viabilizar anualmente pelo menos 1 novo projeto com financiamento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)

Projetos Estratégicos

Os Projetos Estratégicos são entendidos como iniciativas transformadoras que potencializam o alcance dos Objetivos Estratégico e dialogam com o Propósito estabelecido para o [Cade](#).

Para o ciclo 2025-2028, o Cade definiu uma carteira de 26 Projetos Estratégicos que representam ações concretas e mensuráveis que auxiliam a instituição a direcionar seus esforços para alcançar as metas estabelecidas e os resultados desejados.

CARTEIRA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

P01 Capacitação externa de defesa da concorrência	P02 Defesa da Concorrência nas Políticas Públicas	P03 E-Notifica	P04 Automação das defesas
P05 Whistleblower Antitruste	P06 Otimização de Análise de Evidências Eletrônicas	P07 Gestão Administrativa de Créditos não Tributários	P08 Política arquivística do Cade
P09 Mapeamento de Processos e Sistematização da Gestão de Riscos	P10 Diagnóstico e avaliação da estrutura dos normativos infralegais	P11 Cade Internacional	P12 Cooperação Nacional
P13 Atuação em Mercados Digitais	P14 Painel da Concorrência	P15 Política de Linguagem Simples	P16 Concorrência para Jornalistas
P17 Defesa Econômica com Inteligência Artificial (D.E.I.A.)	P18 Cade Digital	P19 Sistema de Informações do Cade (SINC)	P20 Reforço Cade
P21 Cade com você	P22 Lidera Junto	P23 Saber Cade	P24 Diversificação e Crescimento
P25 Cade Sustentável	P26 Projeto BRA/18/016 (Prodoc)		

Monitoramento

O monitoramento da Estratégia do Cade é realizado periodicamente, por meio do acompanhamento da execução das metas e projetos elencados no plano estratégico. O período de apuração varia de acordo com cada iniciativa, podendo ser trimestral, semestral ou anual.

Além do monitoramento interno, o Cade informa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), órgão ao qual a autarquia está vinculada, as iniciativas alinhadas ao Objetivo Estratégico “Promover o

acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais” para inclusão no [painel](#) de monitoramento daquele Ministério.

MJSP	
Objetivo Estratégico: Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais.	
Indicador	Periodicidade
Índice de eficiência das decisões	semestral
Prazo médio de Ato de Concentração Sumário no Cade	semestral
Tempo Médio de Processos de Conduta Concluídos	semestral
Alunos inscritos nos cursos disponibilizados da EVG ¹	trimestral

Já para o PPA 2024-2027, instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, o Cade informa os indicadores relacionados ao Programa 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos. Este monitoramento está previsto na [Lei nº 14.802](#), de 10 de janeiro de 2024, bem como no [Decreto](#)

A Escola Virtual de Governo – EVG (www.escolavirtual.gov.br) oferece cursos abertos de Educação a distância, de início imediato, gratuitos com certificado emitido pela Enap. Atualmente o Cade oferece seis cursos, como conteúdo: Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações; Compliance Concorrencial; Análise de Atos de Concentração Horizontal; Análise de Condutas Unilaterais Restritivas à Concorrência; Introdução à Defesa da Concorrência; e Programa de Leniência Antitruste do Cade.



nº 12.066, de 18 de junho de 2024, que regulamenta a referida Lei. No monitoramento do PPA são acompanhados os objetivos, indicadores e entregas juntamente com as metas estabelecidas em sua elaboração. Os indicadores do Cade no âmbito do PPA 2024-2027 se referem ao Objetivo Específico 0238 - Promover um ambiente concorrencial saudável e justo, cujo indicador é o Índice de eficiência das decisões. Em relação ao resultado das entregas, são acompanhados as respectivas entregas e indicadores: i) Ampliação do controle de fusões e aquisições (indicador: Prazo médio de Ato de Concentração Sumário no Cade); ii) Ampliação da eficiência no combate a cartéis e abuso da posição dominante (indicador: Tempo Médio de Processos de Conduta Concluídos); e iii) Fortalecimento da cultura da concorrência no Brasil (indicador: número de inscritos nos cursos disponibilizados pela EVG em que o Cade é conteudista).

PPA 2024-2027		
Objetivo Específico	Indicador	Periodicidade
0238 - Promover um ambiente concorrencial saudável e justo	Índice de eficiência das decisões	anual
Entrega	Indicador	Periodicidade
0494 - Ampliação do controle de aquisições e fusões	Prazo médio de Ato de Concentração Sumário no Cade	anual
0496 - Ampliação da eficiência no combate a carteis e abuso da posição dominante	Tempo Médio de Processos de Conduta Concluídos	anual
0499 - Fortalecimento da cultura da concorrência no Brasil	Alunos inscritos nos cursos disponibilizados da EVG	semestral

Alocação de Recursos



Recursos Orçamentários e Desembolso Financeiro

A alocação de recursos para a execução das ações previstas no Plano está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Cade e busca assegurar a execução das atividades finalísticas, o adequado suporte administrativo e o equilíbrio entre eficiência operacional e responsabilidade fiscal.

A proposta orçamentária do Cade para o exercício 2026 está discriminada na Tabela 1, destinada a despesas discricionárias, distribuídas entre as seguintes ações orçamentárias: Ação 2807 - Promoção e Defesa da Concorrência; Ação 216H - Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos; e Ação 00PN - Participação do Brasil, como país não membro, em atividades.

Ação Governo		Grupo Despesa		Métrica	Saldo - Moeda Origem		
				Fonte SOF	8	9	13
					DESPESA	DOTACAO INICIAL	ATUALIZADA
00PN	PARTICIPACAO DO BRASIL, COMO PAIS NAO MEMBRO, EM ATIVIDADES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1050	530.000,00	530.000,00	530.000,00
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1050	324.125,00	324.125,00	324.125,00
2807	PROMOCAO E DEFESA DA CONCORRENCIA	4	INVESTIMENTOS	1050	7.055.266,00	7.055.266,00	7.055.266,00
		3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1000	3.000.000,00	2.780.214,00	2.780.214,00
					1050	41.009.960,00	41.009.960,00
Total					51.919.351,00	51.699.565,00	51.699.565,00

A tabela a seguir apresenta o cronograma de desembolso financeiro mensal das despesas discricionárias do Cade previsto para o exercício de 2026:

Tabela 2: Cronograma de Desembolso Financeiro

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO	
2026 (R\$)	
Janeiro	-
Fevereiro	6.893.276,11
Março	2.872.198,05
Abril	2.872.198,05
Maio	2.872.198,05
Junho	2.872.198,05
Julho	2.872.198,05
Agosto	2.872.198,05
Setembro	2.872.198,05
Outubro	8.616.594,17
Novembro	8.616.594,17
Dezembro	7.467.714,17

Prioridades do Cade para 2026



Temas e Projetos prioritários para 2026

A atuação do Cade tem como foco diferentes mercados, a depender das demandas que chegam à instituição e da identificação de indícios de atos de infração à ordem econômica.

A atuação da autarquia visa manter padrões de excelência na análise de atos de concentração e na condução de processos voltados ao combate a cartéis e outras condutas anticompetitivas em diferentes mercados, além da advocacia da concorrência (*advocacy*). Esse esforço envolve um trabalho interinstitucional direcionado a órgãos públicos nacionais, à sociedade civil e a organizações internacionais.

Em 2026, os principais temas e projetos estratégicos que orientarão a atuação do Cade são:

- **E-Notifica:** ferramenta digital para modernizar o processo de notificação.
- **Whistleblower Antitruste:** análise da viabilidade de criação de canal para denunciantes.
- **Otimização da Análise de Evidências Eletrônicas:** implementação de procedimentos e ferramentas para aprimorar a análise de evidências eletrônicas.
- **Política arquivística do Cade:** criação de uma política para administrar o acervo documental do Cade.
- **Diagnóstico e avaliação da estrutura dos normativos infralegais:** avaliação aprimorada dos diversos normativos da política de governança do Cade.
- **Concorrência para jornalistas:** incentivo da produção jornalística sobre defesa da concorrência.
- **Projeto Defesa Econômica com Inteligência Artificial - D.E.I.A.:** iniciativa estratégica voltada ao desenvolvimento, à implantação e à evolução de aplicação própria de inteligência artificial como instrumento de apoio às atividades administrativas, técnicas e investigativas da Autarquia.
- **Sistema Integrado do CADE - SINC :** uma plataforma corporativa que será desenvolvida para promover a unificação e modernização dos sistemas institucionais da autarquia, baseada em arquitetura de microserviços, que promove integração, reutilização de soluções, eficiência operacional, redução de custos e melhoria da governança tecnológica, em alinhamento às boas práticas do Governo Federal.
- **Aprimoramento do sistema de controle de decisões:** tem como objetivo modernizar e consolidar a gestão dos créditos da autarquia decorrentes de decisões do Tribunal. A iniciativa visa reduzir a burocracia, ampliar a transparência e padronizar os procedimentos internos, além de fortalecer a interoperabilidade com sistemas externos, contribuindo para maior eficiência operacional e aprimoramento da governança das informações.

No que se refere à função institucional de difusão da defesa da concorrência, as principais ações para 2026 incluem a publicação de estudos nos Cadernos do Cade, iniciativa voltada à sistematização e à divulgação de estudos sobre mercados específicos, considerando os aspectos econômicos e concorrenciais. Para 2026, estão previstos estudos nos Cadernos do Cade sobre os temas:

- **Ran sharing**
- **FPR** (Fixação de Preço de Revenda);



- **Margin squeeze**
- **Combustíveis Líquidos**
- **Energia**

Além dos Cadernos do Cade, a autarquia elabora Documentos de Trabalho, coleção que tem por objetivo divulgar resultados preliminares de estudos econômicos no âmbito de sua área de atuação. Em 2026, os temas previstos para os Documentos de Trabalho relacionam-se a:

- **Comércio varejista de combustíveis**
- **Mensuração de benefícios da atuação do Cade em 2025**
- **Cartel internacional**
- **Criptomoedas**

Outra frente de atuação priorizada para 2026 é a de elaboração de **guias e manuais**. Esses instrumentos têm potencial para uniformizar entendimentos, reduzir assimetrias de informação, orientar a conduta dos agentes econômicos e conferir maior segurança jurídica às decisões administrativas, além de otimizar o uso de recursos da administração pública. Os principais temas a serem tratados são:

- **Guia de Tabelamento de preços**
- **Guia de colaboração entre concorrentes**
- **Normativo sobre aquisição de ativos em controle de concentrações**

Além disso, pretende-se desenvolver projetos relacionados aos temas **Direito societário, concorrência e controle; Monitoramento de ACCs; e Proteção de Dados e Concorrência**.

No que se refere à atuação internacional do Cade, estão previstas as seguintes iniciativas: publicação de **Documentos de Trabalho sobre Assuntos Internacionais; elaboração de Relatório de avaliação de aderência do Brasil à Recomendação da OCDE em matéria de controle de concentrações; realização de Acordo para financiamento dos trabalhos do Fórum Latino-Americano e do Caribe de Concorrência; e Contribuições escritas para a OCDE e LACCF**.

As iniciativas apresentadas refletem o compromisso do Cade com o contínuo aprimoramento de sua atuação institucional. Dessa forma, o conjunto de prioridades estabelecidas para 2026 contribui para o fortalecimento da política de defesa da concorrência no Brasil e para a promoção de um ambiente econômico mais dinâmico e orientado ao interesse público.

Cooperação Institucional

Cooperação

A Lei nº 13.848, de 2019, adicionalmente às metas de desempenho administrativo e operacional, inclui ações voltadas à promoção da “Cooperação com os órgãos de defesa da concorrência e com os órgãos de defesa do consumidor e de defesa do meio ambiente, quando couber”.

Nesse sentido, o Cade tem firmado acordos de cooperação técnica para promover uma atuação coordenada com outros órgãos, principalmente aqueles integrantes da Administração Pública. As cooperações buscam aprimorar a comunicação interinstitucional, tornar mais efetivas as ações de combate a cartéis e outras infrações à ordem econômica e ampliar o compartilhamento de informações e dados, contribuindo para o fortalecimento da integração governamental e da efetividade das políticas públicas.

No âmbito nacional, o Cade celebra acordos de cooperação técnica, em todo o país, com Ministérios Públicos, Agências Reguladoras, Entidades da Sociedade Civil e outros órgãos da Administração Pública.

Além da cooperação nacional, devido à sua intensa atuação internacional, o Cade mantém iniciativas bilaterais, regionais e multilaterais no cenário

internacional, com vistas a consolidar o papel do Brasil como protagonista em pautas globais.

Fóruns Internacionais



Cooperação entre países



A cooperação e a troca de experiências são a base que projeta o Cade no cenário internacional.

Para 2026, o Cade negocia a assinatura de



memorandos de entendimento com Cabo Verde, China, Honduras, Quênia, Angola e UAE.

ANEXOS

ANEXO A - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS 2026

A Portaria Cade nº 564, de 04 de dezembro de 2025, dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), instrumento norteador que permite planejar e orientar a execução da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), a fim de desenvolver as competências e habilidades necessárias ao desempenho da função pública.

As tabelas 1 e 2, a seguir, apresentam os temas relacionados e as competências a serem desenvolvidas em relação às necessidades de desenvolvimento identificadas, e que compõem o PDP 2026:

Tabela 1 - Temáticas técnicas e competências a serem desenvolvidas.

Temáticas técnicas			
Número	Tema Geral	Competência a ser desenvolvida	Temas relacionados
1	Auditoria	Desenvolver e aplicar conhecimento em metodologias, técnicas e conceitos relacionados à auditoria interna.	Auditoria interna
2	Compras Públicas	Planejar, coordenar, executar e supervisionar atividades de aquisições de bens e contratação de serviços, gestão contratual e logística.	Licitações. Contratação pública. Gestão e fiscalização de contratos. Apuração de responsabilidades.
3	Comunicação Institucional	Aprimorar a habilidade de produzir conteúdos e peças institucionais visuais, com linguagem acessível, inclusiva e adequada a diferentes públicos e plataformas, mantendo coerência com a identidade do Cade.	Produção jornalística. Marketing digital. Comunicação pública. Gestão da comunicação interna. Endomarketing. Design gráfico. Branding. Identidade visual. Mídia.
4	Correição	Desenvolver e aplicar conhecimentos relacionados à metodologia, técnicas e conceitos relacionados à correição, incluindo investigações de ilícitos funcionais e de pessoas jurídicas.	Direito Disciplinar.
5	Defesa da Concorrência	Aprimorar conhecimentos relativos à instauração, instrução, análise, julgamento e monitoramento de penalidades em processos de Atos de Concentração e Condutas.	Direito concorrencial. Defesa da concorrência. Direito econômico. Atos de Concentração. Condutas



6	Direito Privado	Aprimorar conhecimentos relacionados à aplicação do direito privado na atuação e manifestações do Cade	Contratos. Análise Econômica do Direito. Mercado de Capitais. Direito Societário. Fusões e Aquisições. Direito Internacional Privado
7	Direito Público	Aprimorar conhecimentos relacionados à aplicação do direito público na atuação e manifestações do Cade	Defesa da concorrência. Matéria administrativa. Contencioso judicial e administrativo. Direitos Fundamentais. Direito Internacional Público. Direito Administrativo Sancionador. Teoria Geral do Processo.
8	Estratégia, Projetos e Processos	Desenvolver e aplicar conhecimento relacionado à elaboração e gerenciamento do planejamento estratégico através do planejamento, execução e monitoramento de projetos, ações estratégicas, metas e indicadores.	Gestão estratégica. Gestão de projetos e processos. Planejamento Estratégico. Gestão do desempenho.
9	Gestão da Informação e do Conhecimento	Aplicar as diversas estratégias e metodologias da gestão do conhecimento, visando o apoio à atuação da área finalística e à preservação da memória institucional.	Gestão Processual. Arquivologia. Biblioteconomia. Gestão Editorial Científica. Protocolo. Apoio Técnico. Gestão do Conhecimento. Memória Institucional. Gestão da Informação
10	Gestão de normativos	Desenvolver instrumentos de gestão de normativos, incluindo controle, revisão e elaboração de normativos.	Normativos internos.
11	Gestão de Pessoas	Desenvolver e aplicar conhecimentos em gestão estratégica de pessoas, alinhados com a conformidade legal, a administração de pessoal, o desenvolvimento da força de trabalho e a gestão das relações de trabalho	Administração de pessoal. Contencioso judicial de pessoal. Legislação de Pessoal. Conformidade legal. Avaliação de Desempenho Individual. Qualidade de Vida no Trabalho. Bem-Estar no Trabalho.
12	Governança e Gestão de Riscos	Implementar e monitorar os instrumentos de controle interno, governança, integridade e riscos	Controle interno. Gestão de riscos. Modelos, metodologias e ferramentas. Conformidade dos registros de gestão.
13	Governo e Transformação Digital	Desenvolver, aprimorar e aplicar conhecimento relacionado à manutenção, prospecção, melhoria, desenvolvimento e disponibilização de soluções de TIC.	Soluções de TIC. Transformação Digital do Governo Federal.
14	Investigação	Aprimorar conhecimentos dos procedimentos utilizados nas investigações e negociações.	Direito concorrencial. Defesa da concorrência. Técnicas de Investigação. Técnicas de Negociação
15	Logística	Gerir o patrimônio público, a utilização e a distribuição dos espaços públicos.	Logística. Gestão patrimonial



16	Orçamento e Finanças	Desenvolver e reciclar conhecimentos relacionados à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.	Gestão orçamentária. SIOP. Gestão financeira. Gestão contábil. Suprimento de Fundos. Tesouro Gerencial. Instrumentos de cobrança.
17	Técnicas, recursos e estratégias para desenvolvimento de pessoas	Promover o desenvolvimento contínuo dos servidores por meio de soluções de aprendizagem estruturadas e alinhadas aos objetivos organizacionais.	Educação Corporativa. Desenho Instrucional. Treinamento. Desenvolvimento e Educação. Suporte à Aprendizagem. Cultura de Aprendizagem.
18	Técnicas, recursos e estratégias para desenvolvimento de pessoas	Elaborar estudos econômicos, garantindo a atualização técnica e científica das manifestações do Cade.	Defesa da concorrência. Economia. Ordem econômica. Análise econômica. Mercado de capitais. Fusões.

Tabela 2 - Temáticas essenciais e competências a serem desenvolvidas.

Temáticas Essenciais			
Número	Tema Geral	Competência a ser desenvolvida	Temas relacionados
1	Assédio e Violência no Trabalho	Desenvolver e aplicar conhecimento na prevenção e enfrentamento da violência física e psicológica no contexto laboral, incluindo o assédio moral e sexual	Assédio Moral. Assédio Sexual. Violência no Trabalho. Causas. Elementos caracterizadores.
2	Atendimento ao Público	Atender pessoas de forma eficiente, cortês, clara, simples e inclusiva, com foco na resolução de problemas, atuando com proatividade e agilidade e com postura ética, discrição e imparcialidade para gerar confiança e credibilidade.	Atendimento ao Público interno e externo.
3	Autodesenvolvimento	Avaliar o próprio comportamento e desempenho profissional, identificando pontos fortes e necessidades de desenvolvimento visando resultados concretos e efetivos e adotando mentalidade de crescimento e aprendizado contínuo.	Autoconhecimento. Inteligência Emocional. Autodesenvolvimento. Aprendizagem contínua
4	Comunicação Estratégica	Estabelecer uma comunicação empática, persuasiva e influente, inspirando confiança, bem como assertiva e eficaz atendendo a estratégias de inclusão, com linguagem acessível e adequada ao contexto	Comunicação. Estratégia institucional. Oratória. Argumentação. Técnicas de apresentação. Redação Oficial e Técnica. Linguagem simples. Facilitação. Storytelling de dados.
5	Contratação e Fiscalização de Contratos	Desenvolver e aprimorar conhecimentos relacionados a contratação e gestão e fiscalização de contratos, no exercício de suas atribuições.	Compras públicas. Contratos administrativos. Elaboração de documentos técnicos. Fiscalização de contratos.
6	Diversidade e Inclusão	Desenvolver e aplicar conhecimento na temática de gestão de diversidade e inclusão no serviço público.	Gestão da diversidade. Inclusão no ambiente de trabalho. Vieses inconscientes. Letramento de gênero.



7	Ética e Integridade Pública	Desenvolver e aplicar conhecimento em ética, integridade e sustentabilidade.	Integridade. Sustentabilidade. Princípios da função pública. Oitivas de testemunhas. Apuração Ética
8	Gestão de Conflitos e Negociação	Coordenar interesses e gerir conflitos, favorecendo a governabilidade por meio da construção de coalizões e consensos em torno de agendas de interesse comum.	Gestão de crises. Gestão de conflitos. Negociação.
9	Gestão de Projetos e Processos	Aprimorar conhecimentos relacionados à gestão de processos e projetos, ampliando a visão sistêmica e gestão da unidade.	Gestão de projetos. Gestão de processos. Mapeamento de processos. Indicadores. Metas. Análise crítica de processos.
10	Gestão Pública	Aprimorar conhecimentos relacionados a diferentes temáticas da gestão pública.	Gestão Pública. Gestor Público.
11	Idiomas Estrangeiros	Desenvolver e aprimorar o domínio da expressão oral e escrita em idiomas estrangeiros.	Idiomas estrangeiros.
12	Inovação e Mudança	Criar um ambiente propício à melhoria contínua, e idear soluções inovadoras e efetivas com a utilização de dados, evidências e conhecimentos da gestão pública.	Inovação. Mudanças internas e externas. Cultura de Inovação. Adaptabilidade. Gestão de mudanças
13	Liderança	Liderar equipes de alto desempenho, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento dos indivíduos em sua rotina de trabalho	Gestão de equipes. Liderança. Desenvolvimento de equipes. Coaching.
14	Mentalidade Digital	Integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão, os processos de tomada de decisão e geração de produtos e serviços, bem como, com os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.	Sistemas institucionais. Sistemas do Governo. Programas e aplicativos. Plataformas digitais. Inteligência Artificial. Automação no trabalho. Sistemas de controle. Machine Learning.
15	Produtividade	Aplicar técnicas e ferramentas de produtividade, aprimorando o autogerenciamento e a organização de demandas.	Gestão do tempo. Técnicas de produtividade. Autogerenciamento
16	Proteção de Dados	Desenvolver e aplicar conhecimentos relacionados à proteção de dados e segurança da informação, no exercício de suas atribuições.	Proteção de dados pessoais. LGPD. Acesso à Informação. Segurança da informação. Confidencialidade.
17	Resolução de problemas com base em dados	Idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade com a utilização de dados (numéricos e não numéricos) e evidências que aumentem a precisão e viabilidade das soluções.	Coleta e transformação de dados. Métrica e Metodologias. Análise de dados. Ciência de dados. People Analytics. Estatística descritiva e referencial
18	Trabalho em Equipe	Colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente para atingir metas compartilhadas.	Trabalho em equipe. Metas compartilhadas. Gestão de relacionamentos.